

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo Class.: 1818

Data: 05.08.90 Pg.: \_\_\_\_\_

# Ameaça aos ianomami preocupa Itamaraty

<sup>190</sup>  
**PAULINO VIAPIANA**  
Secretário de Redação da Sucursal de Brasília

Em telex reservado encaminhado no dia 12 de julho ao ministro da Justiça, Bernardo Cabral, o chanceler Francisco Rezek, 46, informa que o Brasil voltou a ser acusado na ONU como responsável pela ameaça de genocídio dos índios ianomami, e que o Itamaraty não tem argumentos para defender o país da acusação. "As informações recebidas pelo Itamaraty não têm sido suficientes

para afastar as alegações de violação dos direitos humanos", afirma o telex.

A acusação foi dirigida ao presidente da ONU, Javier Perez de Cuellar, pela Junta Diretora da Associação Para os Povos Ameaçados, da Áustria. De acordo com as resoluções 728 e 1.503 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, acusações desse tipo são analisadas em sessões confidenciais. No caso brasileiro, a análise começará na Subcomissão de Prevenção da Discrimina-

ção e Proteção das Minorias, que se reúne a partir do dia 6 de agosto em genebra, na Suíça.

Se considerar procedente a acusação, a subcomissão poderá encaminhá-la à Comissão de Direitos Humanos, que tem poderes para sugerir ao Conselho Econômico e Social a adoção de medidas contra o Brasil. Esta é a segunda vez que a subcomissão analisa a situação dos ianomami. A primeira foi em agosto de 1989. Na ocasião, a ONU recebeu um abaixo-assinado com 500

mil assinaturas revelando a violação dos direitos dos ianomami.

Na reunião do ano passado, a subcomissão decidiu não dar prosseguimento às acusações. "O assunto, no entanto, não foi arquivado, devendo ser reexaminado por aquela instância na próxima sessão", afirma o telex que Rezek encaminhou a Cabral. O telex afirma, também, que as alegações de violação dos direitos humanos, "notadamente no que diz respeito aos Ianomami, crescem continuamente".

Rezek sustenta que tem sido possível ao Itamaraty "evitar que as queixas apresentadas contra o Brasil conformem um processo a ser encaminhado às instâncias superiores", mas que o aumento das acusações torna difícil "continuar a evitar que tenham seguimento processual as reclamações". "A pronta e total colaboração dos órgãos responsáveis dará ao Itamaraty condições para tentar evitar que o Brasil se veja na constrangedora situação de al-

vo de acusações graves e de possível censura de fatos interraciais", disse. Na opinião do chanceler, o Brasil pode comprometer sua imagem internacional em virtude de revelações dessa natureza. "Seria deplorável", afirma. Cabral despachou o pedido de Rezek para o presidente da Funai, Airton Alcântara Gomes. O governo Collor já criou dois grupos de trabalho para analisar a situação dos ianomami, mas nenhum foi instalado.